

## **DECISÃO N° 2127476, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022**

### **DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO**

#### **EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Processo: 25752.630757/2015-93

Autuada: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA

AIS n.: 0903213/15-4

Expediente do Recurso nº: 2365944/21-3

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a Autuada apresentou o recurso tempestivo apresentou o recurso tempestivo, via sistema Solicita (conforme documento de fl. 47), pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Não merece acolhimento a alegação de incidência da prescrição intercorrente no processo por paralisação por mais de três anos, no período entre a data de instauração do processo e a emissão da decisão em primeira instância. Nesse sentido, é preciso destacar que alguns documentos podem não interromper a prescrição punitiva quinquenal, por não importarem apuração do fato, conforme determina a Lei. Entretanto, se representarem

a movimentação do feito, interrompem a prescrição intercorrente, prevista no artigo 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/1999.

Sobre as causas interruptivas da prescrição intercorrente, é importante ter em mente que basta a existência de qualquer ato destinado a impulsionar o processo para interrupção do prazo, e não apenas os atos de cunho decisório, visto que o objetivo do instituto é exatamente evitar que o processo fique paralisado por tempo indefinido. Assim, não é difícil verificar da análise dos autos do presente processo administrativo que o lapso prescricional foi interrompido diversas vezes por atos realizados no decorrer do processo, dentre os quais destaco: 26/09/2015 - Auto de Infração Sanitária - AIS (fl. 01); 21/10/2015 - Notificação do AIS (fl. 06); 23/05/2016 - Manifestação da área autuante (fl. 07); 12/02/2019 - Despacho CVPAF/RJ/GGPAF (fl. 13); 06/12/2020 - Certidão de Antecedentes (fl.24); 15/12/2020 - Despacho nº 899/2020/SEI/CAJIS/DIRE4 (fls. 26-27); 16/12/2020 - Despacho nº 570/2020/CRPAF-RJ/GGPAF (fl. 31); 26/01/2021 - Decisão recorrida (fls. 32-33).

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela Recorrente, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

Portanto, verifica-se que foram observados os requisitos constantes do artigo 13 da Lei nº 6.437/77 para a lavratura do AIS, tendo restado as condutas suficientemente descritas e fundamentadas, possibilitando-se o pleno exercício da ampla defesa e contraditório. Por essas razões, rejeito a preliminar de nulidade suscitada.

No tocante aos seus protestos por adotar conduta rígida e, por ser esta a primeira infração desta natureza, cabe registrar que após rápida consulta ao sistema da ANVISA, constam pelo menos 03 processos com mesma natureza no ano de 2015 (25752.630756/2015-78, 25752.041942/2015-60, 25752.426181/2015-89), e, um no ano de 2016 (25752.315377/2016-39).

Ademais, causa surpresa que uma empresa com a noticiada experiência em 26 anos de atividade, alegar que deixou de apresentar sua defesa porque supostamente seu funcionário

recebeu o AIS e a informação de que "nada mais havia a ser feito". Ora, qualquer pessoa (física ou jurídica) sabe que num processo é assegurado ao acusado o seu direito de defender-se. Além disso, consta às fls. 06, que o AIS foi entregue por via postal na sede da empresa.

Entendo que a pena de multa foi proporcionalmente arbitrada, considerando o porte da autuada (Grande - Grupo I), seus antecedentes (primária) e o risco da conduta (baixo). Portanto, não há incongruência na aplicação da multa e tão pouco das circunstâncias atenuantes e agravantes para o caso em tela.

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela Recorrente, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

### **MARY LUCE BARBOSA DA SILVA**

Autoridade julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020  
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações  
Sanitárias  
CAJIS/DIRE4/ANVISA

---



Documento assinado eletronicamente por **Mary Luce Barbosa da Silva, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 07/11/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2127476** e o código CRC **12AE150C**.

---